

GOIASPREV INVEST

O **Relatório** de Investimentos do
Regime Próprio de Previdência
Social do Estado de Goiás



AGOSTO 2026



EDIÇÃO
008



ANO
2026



COMENTÁRIO DA GESTÃO

O mês de agosto foi marcado pela continuidade do processo de desinflação, com o IPCA registrando variação de -0,32% no mês e recuando para 4,22% no acumulado em 12 meses, novamente dentro da banda de tolerância. Apesar desse movimento, a elevação do índice de difusão e a permanência de fatores de pressão sobre os preços recomendam cautela quanto à velocidade do processo de flexibilização monetária. Nesse ambiente, a manutenção de juros reais elevados continua oferecendo condições favoráveis à estratégia de investimentos do Fundo Previdenciário, especialmente para a aquisição de títulos públicos indexados à inflação.

Em agosto, avançamos na implementação da estratégia definida na Política de Investimentos, com nova aquisição de NTN-B com vencimento em 2033, ampliando a Subcarteira de Imunização de 48,14% para 54,71% da carteira. Esse movimento reforça a aderência entre ativos e passivos previdenciários e permite a contratação de taxas reais compatíveis com a meta atuarial, reduzindo o risco de reinvestimento e fortalecendo a previsibilidade dos resultados de longo prazo. Ao mesmo tempo, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade permanece desempenhando seu papel, apresentando rentabilidade de 1,12% no mês, superior ao seu benchmark.

Os resultados do período confirmam a consistência desse posicionamento. O Fundo Previdenciário apresentou rentabilidade de 0,80% em agosto, frente à meta atuarial de 0,14%, superando-a em 0,66 ponto percentual. No acumulado de 2026, a carteira alcançou 8,45%, ante 7,01% da meta atuarial, mantendo vantagem de aproximadamente 1,44 ponto percentual. O patrimônio também atingiu um marco relevante, ultrapassando pela primeira vez R\$ 1 bilhão em ativos garantidores, resultado da combinação entre arrecadações, rendimentos dos investimentos e disciplina na gestão dos recursos previdenciários.

Esse marco é também o tema do Espaço Aberto desta edição, que aborda a trajetória de capitalização do Fundo Previdenciário e a responsabilidade crescente associada à formação desse patrimônio. Mais do que alcançar um valor expressivo, o desafio permanece em preservar e ampliar esses recursos com segurança, rentabilidade, controle de riscos e aderência às obrigações atuariais. É nesse sentido que seguimos conduzindo a gestão: priorizando basicamente ativos livres de risco, fortalecendo a imunização do passivo e buscando resultados consistentes e sustentáveis no longo prazo.



Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos



Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

SUMÁRIO

4	Cenário Econômico-Financeiro
4	Boletim GINV
5	Boletim FOCUS
6	Conjuntura
8	Perspectiva
10	Análise da Inflação
13	Espaço Aberto
15	Enquadramento
17	Desempenho
24	Rentabilidades
28	Análise das Instituições Financeiras
28	Acompanhamento de Dealers
31	Acompanhamento dos riscos
35	Sustentabilidade ESG
36	Controle das Atividades



CENÁRIO ECONÔMICO

**TABELA 1 - BOLETIM GINV
AGOSTO/2026**

Indicador	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB	1,98%	2,46%	2,02%	2,16%	2,26%	2,30%
Desemprego	5,57%	5,17%	5,13%	5,13%	5,06%	4,98%
Inflação	4,99%	4,64%	4,25%	3,85%	3,46%	3,07%
Dólar	R\$5,25	R\$5,39	R\$ 5,53	R\$ 5,67	R\$ 5,81	R\$ 5,95
SELIC (fechamento)	14,00% a.a	13,50% a.a	13,00% a.a	12,75% a.a	12,25% a.a	11,75% a.a
SELIC (média)	14,09% a.a	13,57% a.a	13,07% a.a	12,82% a.a	12,31% a.a	11,81% a.a
SELIC REAL (fechamento)	8,49% a.a	8,37% a.a	8,30% a.a	8,47% a.a	8,40% a.a	8,32% a.a
SELIC REAL (média)	8,67% a.a	8,53% a.a	8,46% a.a	8,64% a.a	8,55% a.a	8,48% a.a
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,92%	10,55%	10,14%	9,72%	9,31%	8,89%

TABELA 2 - FOCUS 31/08/2026

Indicador

2026

2027

2028

2029

Crescimento do PIB	1,93%	1,50%	1,96%	2,00%
Desemprego	-	-	-	-
Inflação	5,00%	4,29%	3,80%	3,50%
Dólar	R\$ 5,20	R\$ 5,30	R\$ 5,30	R\$ 5,35
META SELIC (fechamento)	13,75%	12,00%	10,50%	10,00%
SELIC (média)	-	-	-	-
SELIC REAL (fechamento)	8,33%	7,39%	6,45%	6,28%
SELIC REAL (média)	-	-	-	-
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,93%	10,18%	9,66%	9,34%

CONJUNTURA

O cenário macroeconômico de agosto foi marcado por uma significativa deflação, aprofundando o processo de desinflação no Brasil. Medido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o indicador registrou uma variação de -0,32%, a mais intensa queda mensal desde agosto de 2022. O resultado ficou abaixo da mediana das projeções de mercado, que apontavam para -0,29%¹. Com isso, a inflação acumulada em 12 meses desacelerou de 4,64% para 4,22%, retornando para o intervalo da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3,00% com 1,50 p.p. de tolerância³. No ano, o acumulado atingiu 3,11%.

A deflação foi majoritariamente influenciada por uma queda de -1,87% no grupo Habitação, a maior variação negativa para um mês de agosto desde o início do Plano Real. Este recuo foi impulsionado pelo crédito extraordinário do "Bônus de Itaipu" nas contas de energia elétrica, um efeito transitório que não deve ser interpretado como uma mudança estrutural nas tarifas². Contribuíram também para a queda os grupos Transportes (-0,86%), com destaque para a retração nos preços de passagens aéreas e combustíveis, e Alimentação e bebidas (-0,34%), que registrou quedas expressivas em itens in natura⁴.

Em contrapartida, o grupo Despesas pessoais avançou 1,30%, pressionado por uma alta de quase 20% nos preços do cigarro. Outros grupos que registraram alta, embora mais moderada, foram Artigos de residência (0,64%), Educação (0,47%), Saúde e cuidados pessoais (0,23%) e Vestuário (0,12%)⁵.

No que tange à inflação subjacente, o núcleo da inflação (média dos cinco principais agregados acompanhados pelo mercado) apresentou uma variação de 0,23%. A média móvel trimestral dessazonalizada e anualizada recuou de 4,45% para 3,97%, sinalizando uma melhora qualitativa no processo desinflacionário⁶. Contudo, o índice de difusão, que mensura a proporção de itens com aumento de preços na cesta do consumidor, subiu de 50% para 54% em agosto. Esse aumento indica que, apesar da menor intensidade dos reajustes, a alta de preços se tornou mais disseminada entre os componentes do índice, um fator que reforça a postura cautelosa do Banco Central⁷.

As projeções do Boletim Focus para o IPCA de 2026 mantêm-se em um intervalo entre 4,8% e 5,1%, ainda acima do teto da meta de 4,5%. A taxa Selic permanece em 14,00% ao ano, com expectativa de um novo corte de 0,25 p.p. na próxima reunião do Copom⁸.

No mercado de câmbio, o dólar comercial encerrou agosto cotado a R\$ 5,1801, com uma valorização de 2,16% no mês, revertendo a tendência de queda observada em julho (-1,79%). A taxa PTAX de fechamento do mês foi de R\$ 5,1810 (compra) e R\$ 5,1816 (venda)⁹. A valorização da moeda norte-americana esteve associada à escalada de tensões geopolíticas no Estreito de Ormuz, que elevou a percepção de risco global e impulsionou o preço do petróleo Brent de volta ao patamar de US\$ 90 por barril^{10,11}. A postura ainda cautelosa do Federal Reserve em relação aos juros nos EUA também contribuiu para a força do dólar globalmente, embora o elevado diferencial de juros entre Brasil e as economias centrais continue a servir como uma âncora para o real, limitando desvalorizações mais acentuadas.

Em relação à atividade econômica, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,5% no segundo trimestre de 2026, em comparação com o trimestre anterior, atingindo seu maior patamar na série histórica¹². O Boletim Focus projeta um crescimento de aproximadamente 1,92% para o PIB de 2026¹³. No mercado de trabalho, a taxa de desemprego, medida pela PNAD Contínua, recuou para 5,3% no trimestre móvel encerrado em julho, o menor nível para este período desde o início da série histórica em 2012, com um recorde de 103,3 milhões de pessoas ocupadas¹⁴. A proximidade do pleno emprego, à luz da Lei de Okun, sugere que a capacidade ociosa da economia é mínima, o que pode impor um limite estrutural a uma aceleração mais robusta do PIB nos próximos trimestres.

Fontes:

¹ Valor Investe:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2026/09/08/ipca-de-agosto-deve-ter-deflacao-de-029-projetam-analistas.ghtml>

² IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/37926-ipca-tem-queda-de-0-32-em-agosto-influenciado-pela-reducao-da-energia-eletrica>

³ Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

⁴ IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

⁵ Arquivo Fornecido: <20260916094809.xlsx> Sheet1 20260916094809.csv

⁶ Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioinflacao>

⁷ IBGE: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1419>

⁸ Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>

⁹ Banco Central: <https://www.bcb.gov.br/estatisticas/report/consultasvet>

¹⁰ Investing: <https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>

¹¹ Investing: <https://br.investing.com/indices/usdollar-historical-data>

¹² IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=resultados>

¹³ G1 Economia: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/09/02/pib-do-brasil-cresce-05percent-no-2o-trimestre-de-2026-diz-ibge.ghtml>

¹⁴ IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37943-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-5-3-e-populacao-ocupada-e-recorde>



PERSPECTIVA

O cenário de médio e longo prazo revisado pela Gerência de Investimentos (GINV) em agosto incorpora o resultado do PIB do segundo trimestre de 2026, que confirmou a perda de tração da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,5% em relação ao trimestre anterior, que havia registrado expansão de 1,1%¹. O resultado indica convergência gradual do crescimento para a taxa de equilíbrio estimada em aproximadamente 2,2% ao ano.

Concomitantemente, a economia se aproxima de uma situação de pleno emprego. A taxa de desemprego medida pela PNAD Contínua alcançou 5,3% no trimestre encerrado em julho, o menor patamar da série histórica². Nesse contexto, a aplicação da Lei de Okun indica que, uma vez reduzida a ociosidade do mercado de trabalho, a capacidade de expansão da atividade econômica por meio da absorção de trabalhadores desocupados torna-se mais limitada. Assim, a atividade tende a apresentar maior estabilidade ou moderação de seu ritmo de crescimento.

No âmbito da política monetária e da inflação, a GINV mantém convergência com o consenso de mercado quanto à tendência de redução das taxas de juros e da inflação. Entretanto, a projeção interna diverge em relação à velocidade e à magnitude esperadas para esse processo. A Selic permanece em 14,00% a.a. desde a decisão de agosto, enquanto o Copom tem reunião prevista para os dias 15 e 16 de setembro para avaliação da política monetária.

O Boletim Focus do Banco Central projeta a Selic em 13,75% a.a. ao final de 2026, 12,00% em 2027, 10,50% em 2028 e 10,00% em 2029³. Essa trajetória representa uma convergência mais acelerada em comparação com as projeções da GINV, que indicam Selic de 13,50% em 2027, 13,00% em 2028, 12,75% em 2029, 12,25% em 2030 e 11,75% somente ao final de 2031. Dessa forma, a projeção da GINV considera um processo de normalização monetária mais gradual e prolongado. A perspectiva de maior persistência inflacionária considerada pela GINV está relacionada à combinação de fatores estruturais e choques de oferta.

O mercado de trabalho aquecido continua contribuindo para a sustentação da renda e da demanda doméstica. Adicionalmente, os efeitos da escalada do conflito entre Estados Unidos e Irã sobre o Estreito de Ormuz, que levou o petróleo Brent a superar US\$ 107 por barril em meados de setembro após novos ataques a infraestruturas energéticas na Arábia Saudita e no Golfo⁴, representam um fator adicional de pressão sobre os preços. Somam-se a esse cenário os impactos das condições climáticas sobre os setores agropecuário e energético.

Nesse ambiente, a GINV avalia que um processo de flexibilização monetária excessivamente rápido poderia aumentar os riscos de reaceleração inflacionária. As leituras mais recentes do IPCA registraram deflação de 0,32% em agosto⁵, acompanhada de melhora nos núcleos de inflação. Entretanto, o índice de difusão apresentou elevação de 50% para 54%⁶, indicando que a desaceleração dos preços ainda não ocorre de maneira uniforme entre os componentes da cesta de consumo. Esse comportamento reforça a perspectiva de uma condução mais gradual da política monetária.

Para o fechamento de 2026, a GINV projeta Meta Selic de 14,00% a.a., com taxa média estimada em 14,09% a.a. A partir de 2027, a projeção contempla redução gradual da taxa, alcançando 13,50% em 2027 e 11,75% a.a. somente ao final de 2031. Essa trajetória é compatível com a manutenção de juros reais elevados ao longo do horizonte projetado, em torno de uma taxa de equilíbrio estimada em 8,4% a.a.

A manutenção de juros reais elevados representa elemento relevante para a dinâmica dos mercados financeiros e para a condução da política monetária, contribuindo para a ancoragem das variáveis nominais e para o equilíbrio das condições financeiras e econômicas.

No mercado cambial, o dólar encerrou o pregão de 11 de setembro cotado a R\$ 5,10 pela PTAX do Banco Central⁷, permanecendo abaixo da projeção da GINV de R\$ 5,25 para o fechamento de 2026. A trajetória cambial permanece, contudo, sujeita à evolução do cenário externo e, especialmente, aos possíveis desdobramentos do conflito no Golfo Pérsico.

PERSPECTIVA

Sob a perspectiva de alocação estratégica dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), a manutenção de juros reais em patamar estimado de 8,4% a.a., significativamente superior ao parâmetro atuarial de referência de IPCA + 5,65% a.a., equivalente a 10,92% em 2026 conforme a tabela da GINV, mantém condições favoráveis para a aquisição e o carregamento de títulos públicos federais.

Nesse contexto de inflação ainda resistente e taxas reais estruturalmente elevadas, os títulos públicos indexados à inflação, especialmente as NTN-B, permanecem relevantes para a estratégia de imunização da carteira previdenciária. Esses ativos permitem a obtenção de remuneração real contratada e, quando compatíveis com os passivos atuariais e mantidos até o vencimento, contribuem para a redução do risco de reinvestimento e para o alinhamento entre os investimentos e as obrigações previdenciárias do RPPS.

Fontes:

¹Agência Brasil (IBGE):

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2026-09/pib-do-brasil-cresce-05-no-segundo-trimestre-mostra-ibge>

²IBGE — Agência de Notícias (release oficial da PNAD Contínua): <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/47849-pnad-continua-desocupacao-e-de-5-3-e-subutilizacao-e-de-13-0-no-trimestre-encerrado-em-julho>

³Diário do Grande ABC (conteúdo Broadcast/Grupo Estado) — Boletim Focus: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/4346739/estimativa-para-a-selic-no-fim-de-2026-segue-em-13-75-na-pesquisa-focus-do-bc>

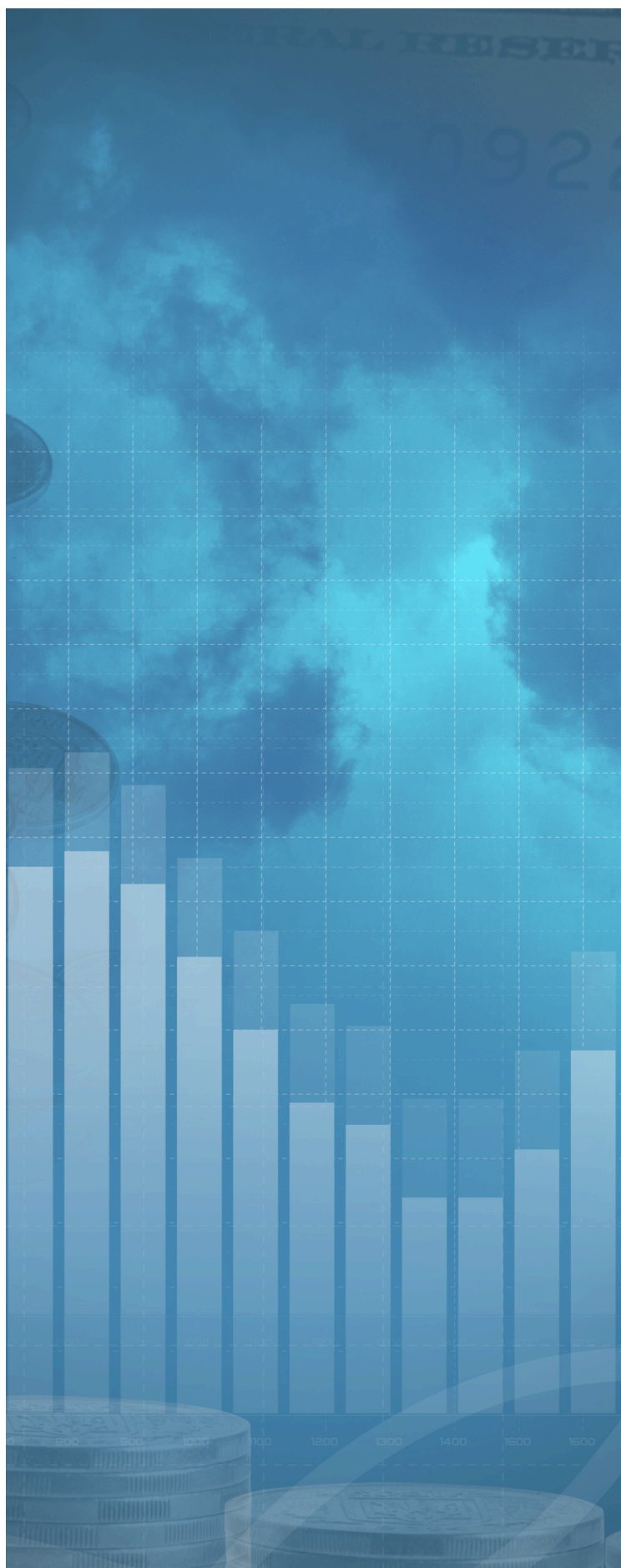
⁴CNN Brasil:

<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/money/mercado/precos-do-petroleo-14-de-setembro-de-2026/>

⁵IBGE — Agência de Notícias (release oficial do IPCA): <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/48015-ipca-fica-em-0-32-em-agosto>

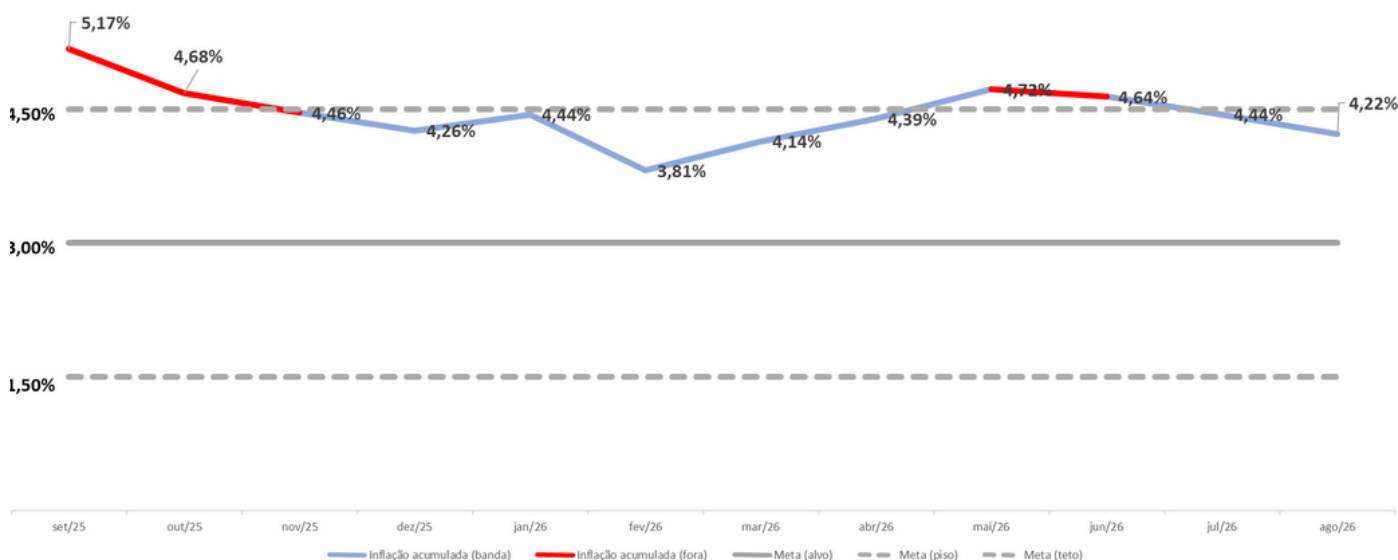
⁶Investing.com: <https://br.investing.com/news/economic-indicators/ipca-de-agosto-nucleos-aliviam-mas-servicos-ainda-sustentam-cautela-do-copom-2063401>

⁷Banco Central do Brasil — PTAX (cotação oficial): https://ptax.bcb.gov.br/ptax_internet/consultarUltimaCotacaoDolar.do



ANÁLISE DA INFLAÇÃO

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



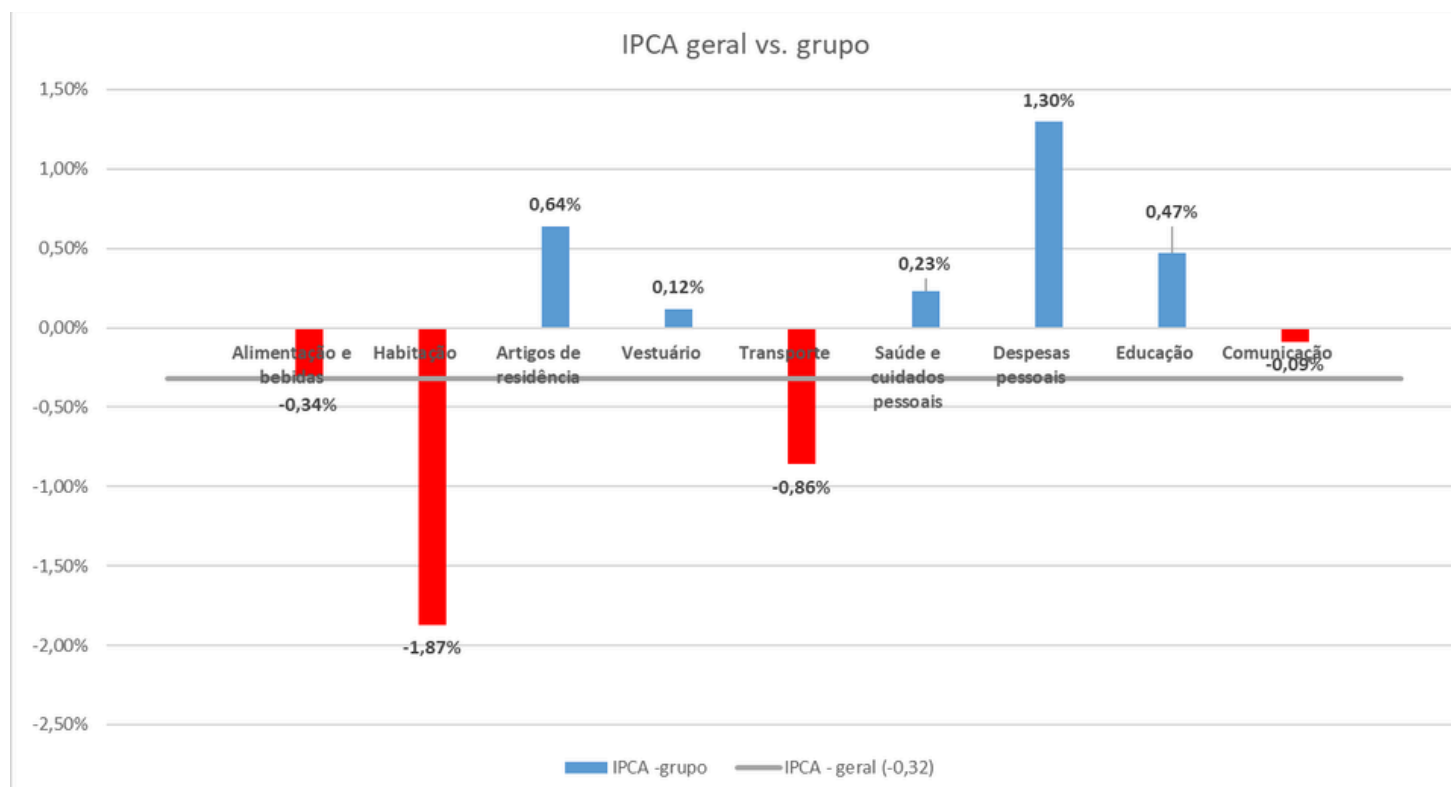
O Gráfico 1 apresenta a trajetória da inflação acumulada em 12 meses entre setembro de 2025 e agosto de 2026, em comparação com os limites da banda de tolerância da meta de inflação. No início do período, a inflação encontrava-se acima do limite superior da banda, registrando 5,17% em setembro de 2025 e recuando para 4,68% em outubro. Em novembro, o índice atingiu 4,46%, passando a situar-se dentro da banda de tolerância, cujo limite superior é de 4,50%.

Nos meses seguintes, a inflação apresentou trajetória de desaceleração, alcançando 4,26% em dezembro de 2025 e 4,44% em janeiro de 2026. Em fevereiro de 2026, atingiu seu menor nível no período, com 3,81%. A partir de março, observou-se uma retomada gradual da inflação, com o índice avançando para 4,14% em março e 4,39% em abril. Em maio, a inflação atingiu 4,72%, ultrapassando novamente o limite superior da banda e permanecendo acima dele em junho, quando registrou 4,64%.

A partir de julho, contudo, verificou-se nova desaceleração, com a inflação recuando para 4,44% e retornando para dentro da banda de tolerância. Em agosto de 2026, o movimento de desaceleração prosseguiu, com o índice recuando para 4,22% e permanecendo abaixo do limite superior de 4,50%.

De forma geral, o período analisado evidencia uma trajetória de desaceleração da inflação entre o final de 2025 e o início de 2026, seguida por uma retomada das pressões inflacionárias no segundo trimestre de 2026 e posterior perda de intensidade nos meses de julho e agosto. O recuo observado nos dois últimos meses sugere melhora do comportamento inflacionário, embora o índice ainda permaneça próximo ao limite superior da banda, reforçando a importância do acompanhamento da dinâmica dos preços e da condução da política monetária.

GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS



O gráfico referente à inflação por grupos evidencia a contribuição dos diferentes componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou variação geral de -0,32% no período. Observa-se um comportamento heterogêneo entre os grupos analisados, com variações positivas em parte dos componentes e retrações em outros, influenciando de forma distinta o resultado geral da inflação.

Entre os grupos que apresentaram maiores variações positivas, destaca-se Despesas Pessoais, com alta de 1,30%, configurando-se como o principal resultado positivo do período. Na sequência, Artigos de Residência registrou aumento de 0,64%, enquanto Educação apresentou variação de 0,47%. Também foram observadas altas em Saúde e Cuidados Pessoais (0,23%) e Vestuário (0,12%), contribuindo para pressionar os preços em diferentes intensidades.

Por outro lado, alguns grupos apresentaram variações negativas, contribuindo para a redução do índice geral. O destaque foi Habitação, com retração de 1,87%, seguida por Transportes, com queda de 0,86%. Alimentação e Bebidas também registrou resultado negativo, de -0,34%, enquanto Comunicação apresentou retração de -0,09%.

Dessa forma, o gráfico demonstra que, embora grupos como Despesas Pessoais, Artigos de Residência e Educação tenham apresentado variações positivas de preços, as retrações observadas principalmente em Habitação e Transportes contribuíram para o resultado negativo do IPCA no período, que registrou -0,32%. A análise desagregada evidencia, portanto, a diversidade de comportamentos entre os componentes do IPCA e permite identificar os grupos que apresentaram as maiores variações positivas e negativas no período analisado.

GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO

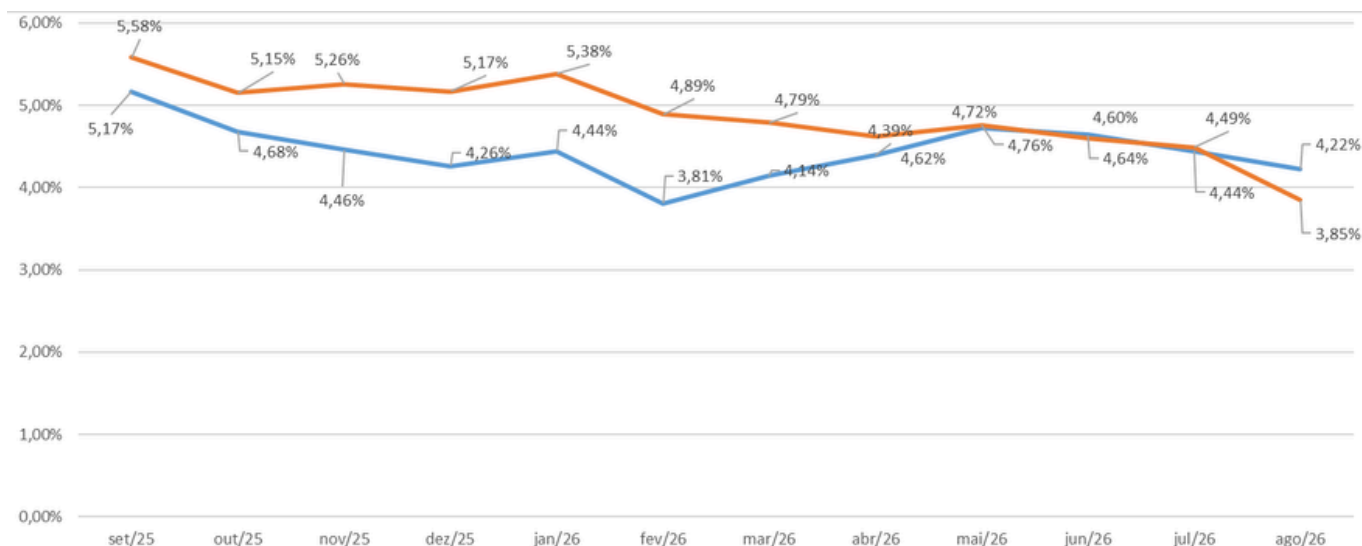
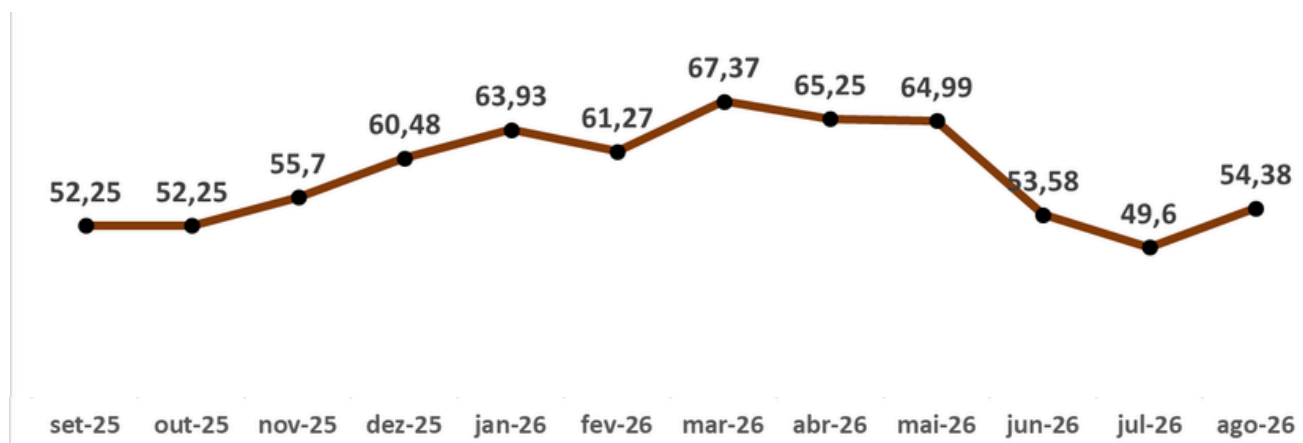


GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



O Gráfico 3 apresenta a evolução do IPCA acumulado em 12 meses e do núcleo da inflação entre setembro de 2025 e agosto de 2026. O IPCA iniciou o período em 5,17%, recuou para 3,81% em fevereiro de 2026 e, após uma retomada a partir de março, atingiu 4,72% em maio. A partir de junho, voltou a desacelerar, encerrando agosto em 4,22%. O núcleo da inflação, por sua vez, permaneceu acima do IPCA na maior parte do período, mas apresentou redução significativa ao longo de 2026, passando de 5,38% em janeiro para 3,85% em agosto. O comportamento dos indicadores no período mais recente sinaliza arrefecimento das pressões inflacionárias, especialmente das pressões subjacentes, embora o cenário continue demandando acompanhamento.

O Gráfico 4 apresenta a evolução do Índice de Difusão da Inflação entre setembro de 2025 e agosto de 2026, indicador que demonstra a proporção de itens da cesta de consumo que registraram aumento de preços. O índice iniciou o período em 52,25% em setembro de 2025, mantendo o mesmo patamar em outubro, e passou a apresentar trajetória de alta a partir de novembro, quando alcançou 55,70%.

Entre novembro de 2025 e março de 2026, o índice apresentou trajetória predominantemente ascendente, passando de 55,70% para 67,37%, apesar do recuo observado em fevereiro, quando registrou 61,27%. Em março, atingiu o maior nível da série. Esse movimento indica que os aumentos de preços se disseminaram por uma parcela maior dos bens e serviços pesquisados, evidenciando maior abrangência das pressões inflacionárias. Em abril, o indicador apresentou leve recuo para 65,25%, permanecendo em patamar elevado em maio, com 64,99%. A partir de junho, observou-se uma queda mais acentuada do índice, que recuou para 53,58% e atingiu 49,60% em julho de 2026, o menor nível observado no período analisado. Em agosto, entretanto, o indicador voltou a apresentar elevação, alcançando 54,38%, sinalizando uma retomada da disseminação dos aumentos de preços após a forte redução observada nos dois meses anteriores. De forma geral, a trajetória do Índice de Difusão evidencia o aumento da disseminação das pressões inflacionárias entre o final de 2025 e o primeiro trimestre de 2026, seguido por uma redução significativa a partir de abril, especialmente nos meses de junho e julho.

O Marco de R\$ 1 bilhão na previdência de Goiás



Alcançamos o marco histórico de R\$ 1 bilhão em ativos garantidores no Fundo Previdenciário de Goiás. Esse resultado vai além de um número. É fruto de gestão, boa administração, responsabilidade e visão de longo prazo. Previdência é pagar aposentadorias e pensões, cumprir compromissos com os servidores e manter um sistema capaz de sustentar essas obrigações ao longo do tempo.

Esse R\$ 1 bilhão representa um patrimônio constituído para dar sustentabilidade à previdência dos servidores vinculados ao fundo. Não é dinheiro livre para gastos do dia a dia, nem integra o caixa do Tesouro Estadual. São recursos com finalidade definida em lei, administrados para contribuir para o equilíbrio do regime e para o pagamento dos benefícios de sua respectiva massa.

O avanço fica mais claro quando olhamos de onde partimos. O atual Fundo Previdenciário iniciou sua capitalização em 2020, com cerca de R\$ 8 milhões em ativos garantidores. Em seis anos, esse patrimônio ultrapassou R\$ 1 bilhão. Pela primeira vez, Goiás alcança esse valor em uma reserva previdenciária dessa natureza.

O modelo adota o regime financeiro de capitalização e abrange, como regra, os servidores vinculados à nova massa a partir de 2017. As contribuições arrecadadas e os rendimentos obtidos com a aplicação dos recursos formam um patrimônio destinado ao financiamento das obrigações desse grupo.

Capitalização, nesse contexto, não deve ser confundida com previdência privada. Estamos falando de um regime público,

sujeito à legislação, às avaliações atuariais, às normas de investimento e aos mecanismos de controle. A diferença está na forma de financiamento. Em vez de depender exclusivamente das receitas correntes, o modelo acumula recursos e rendimentos que fortalecem a capacidade do sistema de cumprir suas obrigações.

Essa lógica fica mais clara quando comparada ao Fundo Financeiro. Nele estão os servidores vinculados à massa mais antiga, sob o regime de repartição simples. Como as receitas são inferiores às despesas, o Tesouro Estadual precisa aportar recursos para complementar o pagamento dos benefícios. São fundos distintos, com patrimônios, receitas e obrigações próprios.

A experiência de Goiás mostra como a organização dessas massas e a continuidade das políticas públicas fazem diferença. O Estado já havia criado um fundo com objetivo semelhante, extinto em 2017 com cerca de R\$ 100 milhões. Aquela experiência não resultou na consolidação de uma reserva previdenciária permanente. Em 2020, Goiás retomou a capitalização e iniciou uma nova trajetória.

Chegar a R\$ 1 bilhão, entretanto, não permite acomodação. Pelo contrário. Quanto maior o patrimônio, maior a responsabilidade de administrá-lo com segurança, rentabilidade, diversificação, controle de riscos e atenção às metas atuariais. Constituir patrimônio é parte do trabalho. Preservá-lo, fazê-lo crescer de maneira responsável e utilizá-lo de acordo com sua finalidade previdenciária são compromissos permanentes.

Essa mesma visão orienta uma discussão que venho defendendo no Grupo de Trabalho de Previdência do GEFIN, Grupo de Gestores das Finanças Estaduais. Recentemente, propusemos a revisão dos modelos de segregação de massas como instrumento responsável pela redução do déficit da previdência e também a criação de indicadores para explicitar a dimensão do déficit atuarial dos estados. Precisamos compreender melhor como essas obrigações evoluem e avaliar, com base em dados, os efeitos das decisões tomadas na gestão previdenciária.

A revisão da segregação de massas faz parte desse esforço. O desenho dos fundos precisa acompanhar a realidade atuarial, financeira e demográfica do sistema. O objetivo é buscar maior equilíbrio entre receitas, patrimônio e obrigações, sem perder de vista a segurança dos benefícios e a sustentabilidade do regime.

Não basta olhar para o aporte que o Tesouro realiza em determinado ano. Esse número retrata apenas uma parte do problema. Uma gestão responsável precisa acompanhar a evolução do passivo, projetar receitas e despesas, analisar cenários e avaliar permanentemente a capacidade dos ativos de contribuir para o pagamento dos compromissos previdenciários.

O Nível IV do Pró-Gestão RPPS, grau máximo da certificação alcançado pela GOIASPREV, integra essa mesma estrutura.

Governança, controles internos, gestão de riscos, investimentos e acompanhamento atuarial precisam funcionar de forma coordenada.

Desde 2019, defendo que essa agenda seja tratada como política de Estado. Governos mudam, mas as obrigações previdenciárias permanecem. Decisões tomadas hoje produzem efeitos por muitos anos e precisam ser sustentadas por planejamento, responsabilidade fiscal e gestão técnica.

Por isso, vejo o R\$ 1 bilhão como um marco e também como uma responsabilidade. O patrimônio acumulado mostra que planejamento, disciplina e continuidade produzem resultados. Mais do que comemorar o valor alcançado, nosso compromisso é administrar esses recursos com responsabilidade para fortalecer a previdência de Goiás e garantir sua sustentabilidade ao longo do tempo.

Por Gilvan Candido da Silva

Doutor em Economia pela UnB - Universidade de Brasília

Presidente da Goiás Previdência (GOIASPREV)

Presidente do Conselho de Administração da SANEAGO

Coordenador e Professor do MBA em Previdência Complementar - FGV Educação Executiva

Vice-Presidente da ABIPEM - Associação Brasileira de Instituições de Previdência Estaduais e Municipais - Centro-Oeste

Presidente da AGOPREV - Associação Goiana de Regimes Próprios de Previdência

ENQUADRAMENTO

TABELA 3 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 3 acima apresenta a estrutura de limites adotada na Política de Investimentos, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização; Liquidez e Estabilidade; e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação estabelecidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial, por meio de ativos aderentes ao passivo previdenciário.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite superior de 40% e alvo de 38,22%, reforça o compromisso com a disponibilidade de recursos para a gestão dos fluxos financeiros e o cumprimento das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira e com alvo de 1,78%, estabelece espaço para alocações associadas a maior exposição a risco, dentro dos parâmetros definidos pela Política de Investimentos. A Tabela 3 constitui referência para o acompanhamento dos enquadramentos estabelecidos na Política de Investimentos de 2026.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN Nº 5.272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 31/08/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	32,87%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	46,60%
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC	5,00%	
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	11,79%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,75%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	

A Tabela 4 apresenta o enquadramento dos investimentos nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Observa-se a predominância de aplicações em renda fixa, em consonância com as diretrizes que orientam a gestão dos recursos previdenciários. Destaca-se que o nível de certificação do GOIASPREV amplia as possibilidades de investimento previstas na regulamentação. Por possuir o nível máximo de certificação, o GOIASPREV pode acessar todas as classes de ativos autorizadas pela norma, desde que previstas na Política de Investimentos. Os dados evidenciam o atendimento aos limites e critérios legais vigentes.

DESEMPENHO

A composição atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento. A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados na curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização, a partir de maio de 2026. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO JULHO	%	SALDO AGOSTO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		51,21%	R\$500.481.359,99	44,65%	R\$445.179.043,25
BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	03.543.447/0001-03	0,04%	357.971,40	0,04%	362.578,40
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	1,51%	14.754.598,19	2,56%	25.500.956,70
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	8,74%	85.404.239,05	10,74%	107.104.487,42
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	5,92%	57.842.724,52	5,87%	58.504.433,00
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,38%	13.453.034,63	1,36%	13.600.681,79
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10	4,40%	43.021.620,92	4,37%	43.585.454,43
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	3,61%	35.311.294,59	3,58%	35.716.763,03
BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	2,68%	26.155.031,92	2,65%	26.407.313,86
BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST FDI RF	37.927.707/0001-58	7,40%	72.285.654,95	0,04%	363.022,62
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,27%	12.441.041,82	1,27%	12.616.394,40
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,40%	3.919.976,55	0,39%	3.845.991,23
CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF	14.508.643/0001-55	2,09%	20.408.401,62	0,11%	1.050.081,15

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO JULHO	%	SALDO AGOSTO
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,04%	372.788,53	0,04%	376.578,80
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	11,11%	108.577.435,73	11,02%	109.898.790,52
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	0,63%	6.129.567,57	0,62%	6.198.992,61
LTN - 27/03/2026	BRSTNCLTN8I046108	0,00%	45.977,99	0,00%	46.523,32

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO JULHO	%	SALDO AGOSTO
SUBCARTEIRA DE RISCOS		0,65%	R\$6.372,804,91	0,64%	R\$6.374.728,10
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,35%	3.399.016,65	0,34%	3.398.669,64
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,21%	2.087.715,78	0,21%	2.085.040,83
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,09%	886.072,47	0,09%	891.017,63
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		48,14%	R\$470.529.561,44	54,71%	R\$545.416.623,31
NTNB-15052033	BRSTNCNTB6B146246	-	-	7,26%	72.423.927,94
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646135	16,40%	160.279.019,41	16,16%	161.114.320,03
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646148	16,34%	159.682.374,55	16,10%	160.534.190,43
NTNB-15050031	BRSTNCNTB7X346127	15,41%	150.568.167,48	15,18%	151.344.184,92
CONTAS CORRENTES					
BANCO DO BRASIL			-	-	-
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		9.662,16	-	10.677.002,86
BTG PACTUAL	-		-	-	-
TOTAL DA CARTEIRA		100%	R\$977.393.388,50	100%	R\$1.007.647.397,53

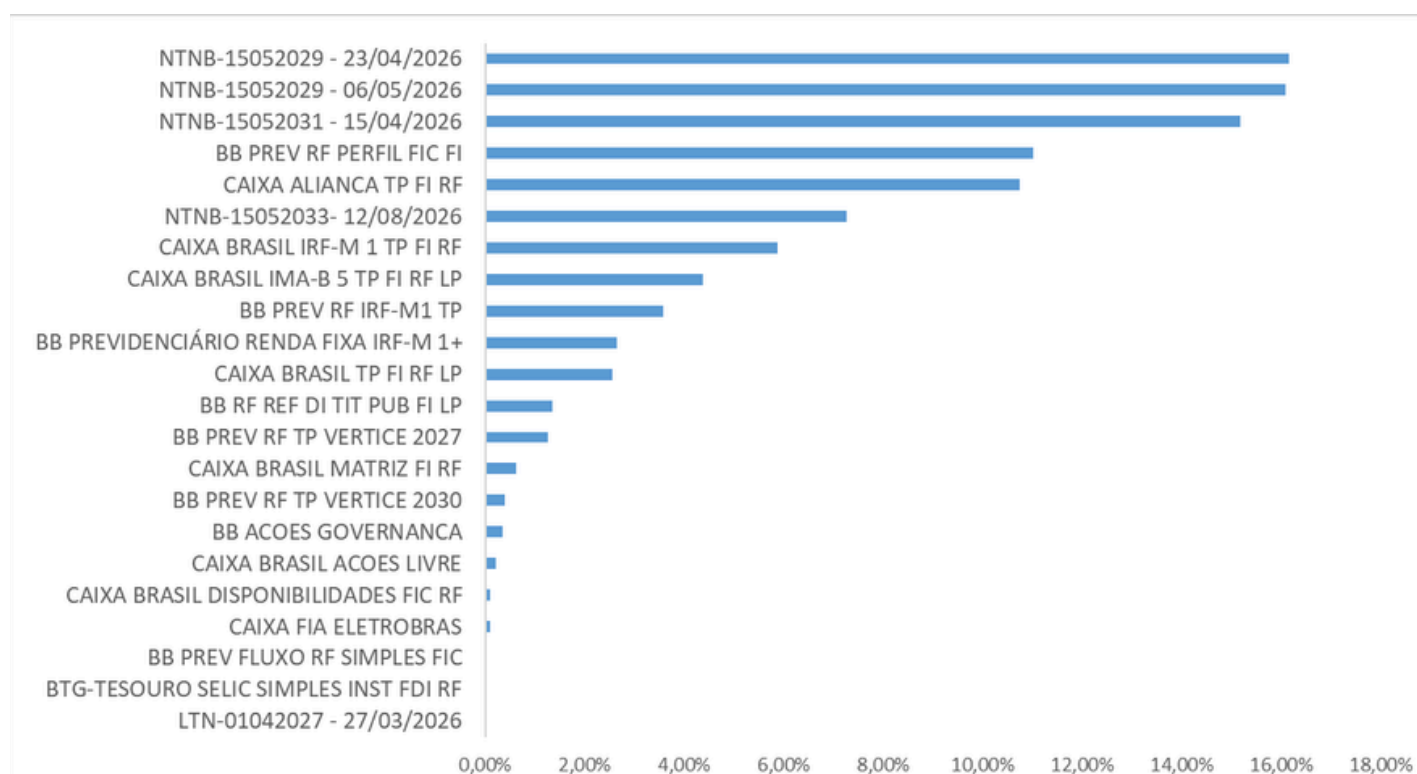
A carteira manteve sua estratégia de investimentos voltada à segurança, liquidez e preservação do capital, com predominância de recursos aplicados em ativos de renda fixa.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade permaneceu como o principal segmento da carteira, reduzindo sua participação de 51,21% para 44,65%, essa redução se dá pela nova alocação de recursos na Subcarteira de Imunização .A Subcarteira de Riscos continuou com participação reduzida, passando de 0,65% para 0,64% do patrimônio, preservando a baixa exposição à renda variável.

Já a Subcarteira de Imunização elevou sua participação em títulos públicos federais indexados ao IPCA (NTN-B), representando 54,71% da carteira em agosto, reforçando a estratégia de proteção atuarial.

No consolidado, o patrimônio da carteira cresceu de R\$ 977,39 milhões em julho para R\$ 1.007,6 bilhão em agosto, correspondendo a uma evolução de aproximadamente 3,10%. A alocação permaneceu aderente à Política de Investimentos e às diretrizes da Resolução CMN nº 5.272/2025, priorizando segurança, liquidez e sustentabilidade financeira do RPPS.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO



O Gráfico 5 evidencia a concentração dos investimentos do Fundo Previdenciário, com predominância de títulos públicos federais, especialmente as NTN-B, que, em conjunto, representam aproximadamente 55% da carteira. Entre os fundos de renda fixa, destacam-se o BB Prev RF Perfil FIC FI, com cerca de 11,0%, a Caixa Aliança TP FI RF, com aproximadamente 10,7%, e o Caixa Brasil IRF-M 1 TP FI RF, com cerca de 5,9%. A composição da carteira demonstra uma estratégia predominantemente conservadora, voltada à preservação do patrimônio, à proteção dos recursos frente à inflação e à manutenção de adequada liquidez. A diversificação entre títulos públicos e fundos de renda fixa contribui para o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e gestão dos riscos, favorecendo o cumprimento da meta atuarial do Fundo Previdenciário.

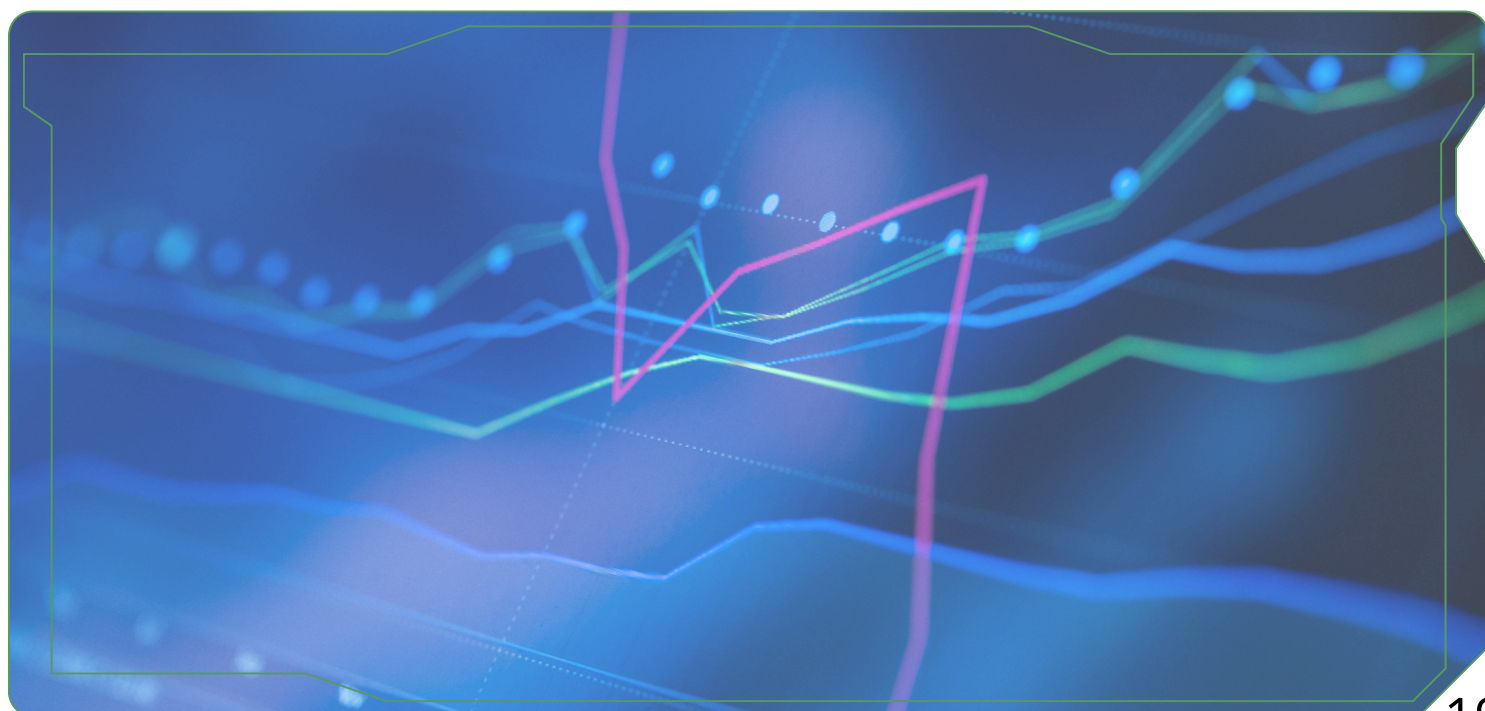


GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025

O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em agosto de 2026, houve um acréscimo de R\$ 22 milhões decorrente das arrecadações, e um rendimento de R\$ 7 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 31 de agosto de 2026 é de R\$ 1.007, bilhão.

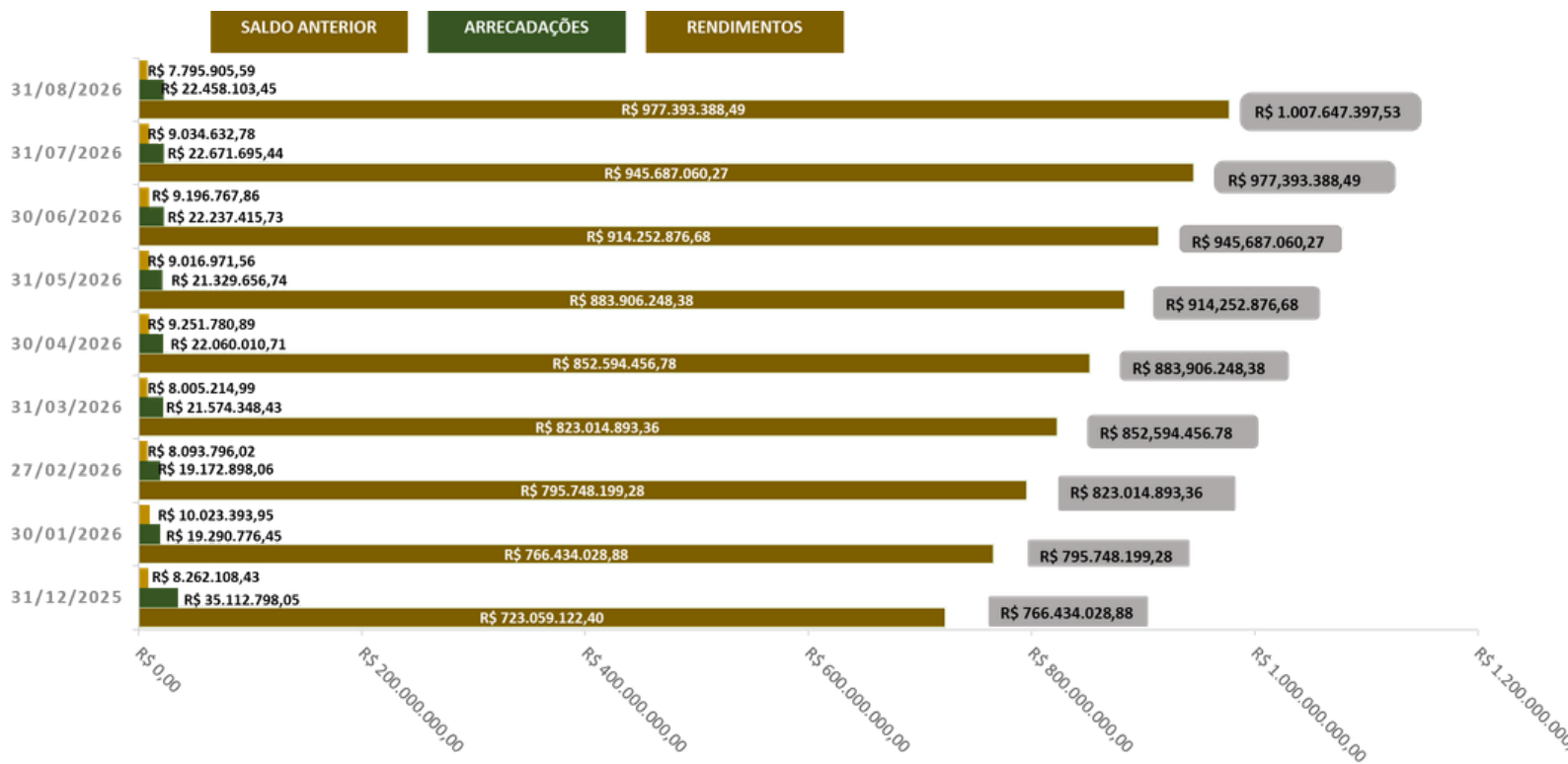


TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO				R\$2.659.119,72	R\$470.529.561,44	R\$545.416.623,31
↩	NTNB-15052033-12/08/2026	-	No vencimento	195.985,78	-	72.423.927,94
↩	NTNB-15052029 - 23/04/2026	-	No vencimento	835.300,62	160.279.019,41	161.114.320,03
↩	NTNB-15052029 - 06/05/2026	-	No vencimento	851.815,88	159.682.374,55	160.534.190,43
↩	NTNB-15052031 - 15/04/2026	-	No vencimento	776.017,44	150.568.167,48	151.344.184,92

TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE				R\$5.134.862,69	R\$500.481.359,98	R\$445.179.043,25
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	-	D+0	4.606,99	357.971,40	362.578,40
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	10.585.659,47	D+0	160.699,04	14.754.598,19	25.500.956,70
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	20.602.631,59	D+0	1.097.616,78	85.404.239,05	107.104.487,42
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-	D+0	661.708,47	57.842.724,52	58.504.433,00
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI	-	D+0	147.647,16	13.453.034,63	13.600.681,79
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP	-	D+0	563.833,51	43.021.620,92	43.585.454,43
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	-	D+0	405.468,43	35.311.294,59	35.716.763,03
↳	BB PREVIDENCIARIO 1+	-	D+0	252.281,93	26.155.031,92	26.407.313,86
↳	BTG-TESOURO SELIC RF	72.227.942,16	D+0	305.309,83	72.285.654,95	363.022,62
↳	BB PREVTP VERTICE 2027	-	D+0	175.352,58	12.441.041,82	12.616.394,40
↳	BB PREVTP VERTICE 2030	117.315,20	D+0	43.329,89	3.919.976,55	3.845.991,23
↳	LTN-01042027 - 27/03/2026	-	D+1	545,33	45.977,99	46.523,32
↳	BB PREV FLUXO RF SIMP	-	D+0	3.790,27	372.788,53	376.578,80
↳	BB PREV RF PERFIL FICFI	117.315,20	D+0	1.204.039,58	108.577.435,73	109.898.790,52
↳	CAIXABRASIL DISPONIBILIDADES	19.397.528,33	D+0	39.207,86	20.408.401,62	1.050.081,15
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI	-	D+0	69.425,04	6.129.567,57	6.198.992,61
SUBCARTEIRA DE RISCO				R\$1.923,19	R\$6.372.804,91	R\$6.374.728,10
↳	BB ACOES GOVERNANCA		D+3	347,02	3.399.016,65	3.398.669,64
↳	CAIXA AÇÕES LIVRE		D+15	2.674,95	2.087.715,78	2.085.040,83
↳	CAIXA ELETROBRAS		D+3	4.945,16	886.072,47	891.017,63

*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.

*Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, essa movimentação refere-se ao pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.

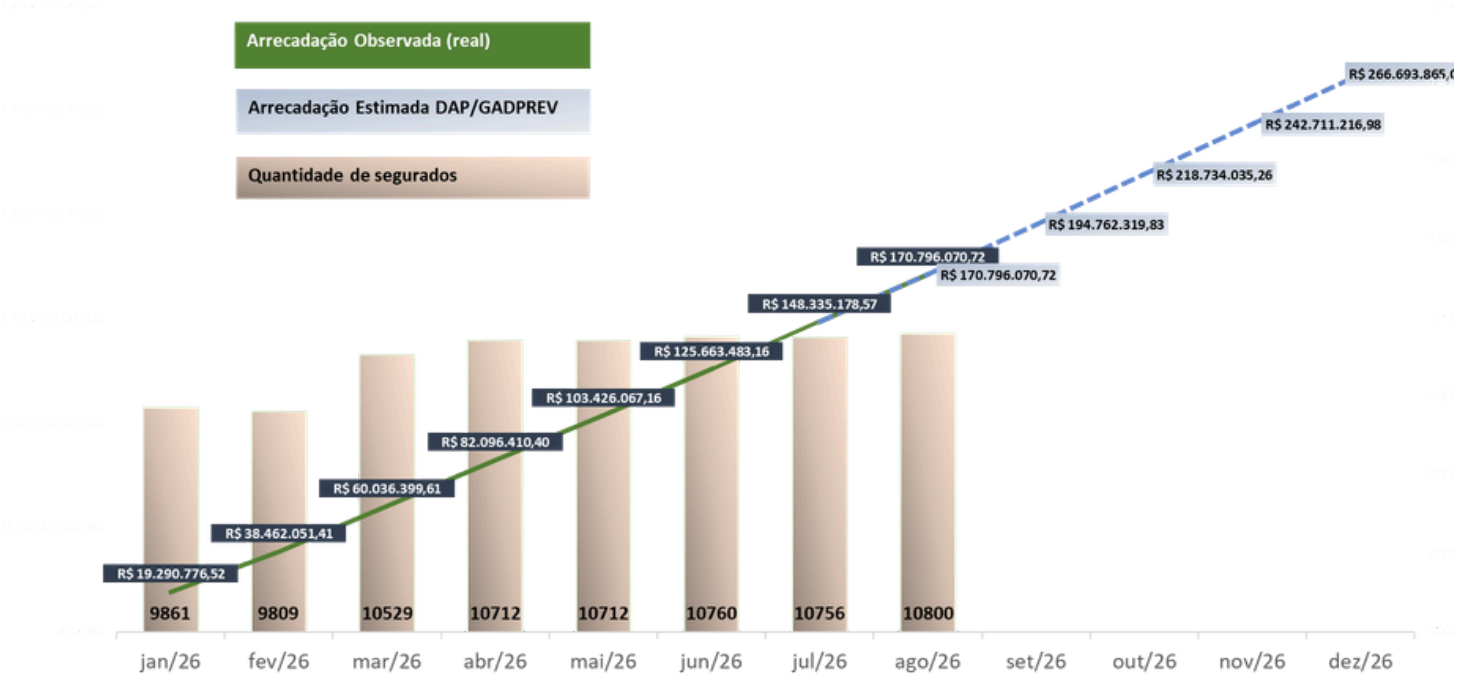
A Tabela 6 demonstra a predominância de investimentos em renda fixa e títulos públicos, com maior concentração de recursos nas subcarteiras de Liquidez, Estabilidade e Imunização. Já a Subcarteira de Riscos apresenta menor participação na carteira e maior variação dos saldos ao longo do período.

TABELA 7 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS

		% do PL de RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
					R\$79.022,07
↳	CAIXA BRASIL TP	56,40%	0,20%	0,02%	4.246,27
↳	CAIXA ALIANCA TP	35,60%	0,20%	0,02%	17.834,41
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	96,10%	0,20%	0,02%	9.741,81
↳	BB RF REF DI TP	20,10%	0,10%	0,01%	1.132,87
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	98,30%	0,20%	0,02%	7.257,59
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	52,10%	0,10%	0,01%	2.975,03
↳	BB PREV RF IRF-M 1+	35,90%	0,30%	0,02%	6.592,77
↳	BTG-TESOURO SELIC T FDI RF	5,10%	0,08%	0,08%	24,19
↳	BB TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	2.100,81
↳	BB VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	640,41
↳	LTN-01042027	-	-	-	-
↳	BB PREV FLUXO SIMPLES	43,00%	1,00%	0,08%	312,39
↳	BB PREV PERFIL	52,30%	0,20%	0,02%	18.299,70
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES FIC RF	97,70%	0,20%	0,02%	174,85
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ	80,00%	0,20%	0,02%	1.032,22
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	49,10%	0,20%	0,02%	60,37
↳	CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	99,40%	2,00%	0,1652%	3.443,61
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	48,30%	1,00%	0,0830%	2.819,33
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	24,40%	0,45%	0,0374%	333,44

A Tabela 7 apresenta os percentuais do patrimônio líquido aplicados nos fundos, bem como as respectivas taxas de administração anuais e mensais e os valores retidos no período. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior parcela dos recursos e apresentam taxas de administração reduzidas, enquanto os fundos de renda variável apresentam taxas mais elevadas. No período analisado, foi retido o total de R\$ 79.022,07 em taxas de administração pelas instituições financeiras.

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O Gráfico 7 apresenta a evolução acumulada da arrecadação previdenciária observada e estimada pela DAP/GADPREV, entre janeiro e agosto de 2026, bem como a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário e a projeção da arrecadação para os meses subsequentes.

Observa-se uma trajetória crescente da arrecadação acumulada ao longo do período analisado, passando de R\$ 19,29 milhões em janeiro para R\$ 170,80 milhões em agosto de 2026. O crescimento foi contínuo, alcançando R\$ 38,46 milhões em fevereiro, R\$ 60,04 milhões em março, R\$ 82,10 milhões em abril, R\$ 103,43 milhões em maio, R\$ 125,66 milhões em junho, R\$ 148,34 milhões em julho e R\$ 170,80 milhões em agosto.

A partir de setembro, a projeção da DAP/GADPREV indica a continuidade da expansão da arrecadação, com estimativas de aproximadamente R\$ 194,76 milhões em setembro, R\$ 218,73 milhões em outubro, R\$ 242,71 milhões em novembro e R\$ 266,69 milhões em dezembro de 2026.

Quanto à quantidade de segurados, o gráfico registra 9.861 segurados em janeiro, com uma pequena redução para 9.809 em fevereiro. A partir de março, observa-se a recuperação e o crescimento da base, que alcançou 10.529 segurados em março, 10.712 em abril e maio, 10.760 em junho, 10.756 em julho e 10.800 em agosto de 2026. Dessa forma, entre janeiro e agosto, houve um aumento de 939 segurados, representando um crescimento de aproximadamente 9,52%.

De forma geral, os dados evidenciam a evolução da arrecadação previdenciária, acompanhada pela recuperação e ampliação da quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário. A projeção para os meses finais do exercício indica a continuidade do crescimento da arrecadação, com expectativa de encerramento de 2026 em aproximadamente R\$ 266,69 milhões.

RENTABILIDADES

TABELA 8 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO		RENTABILIDA DE MENSAL	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO *	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		0,5086%	82,0489%	4,1926%	83,7497%
↳	NTN-B 15.05.2033-12/08/2026	0,2713%	43,7740	0,2713%	5,4203
↳	NTN-B 15.05.2029- 06/05/2026	0,5212%	84,0742	3,8799%	77,5038
↳	NTN-B 15.05.2029 -23/04/2026	0,5334%	86,0569	3,4118%	68,1530
↳	NTN-B 15.05.2031 -15/04/2026	0,5154%	83,1448	4,1819%	83,5359
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		1,1247%	108,3322%	8,8342%	99,9581%
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	1,2870%	123,9625	*2,8101%	31,7955
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,0891%	104,9076	9,2233%	104,3610
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	1,0751%	103,5545	9,1646%	103,6962
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	1,1440%	110,1892	9,1436%	103,4596
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI LP	1,0975%	105,7124	9,3176%	105,4274
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	1,3106%	126,2366	3,6732%	41,5619
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	1,1483%	110,6024	9,0449%	102,3418
↳	BB PREVIDENCIÃ RIO RENDA FIXA IRF-M 1+	0,9646%	92,9078	5,8258%	65,9188
↳	BTG-TESOURO SIMPLES INST FDI RF	1,0960%	105,5644	5,1859%	58,6775
↳	BB PREV RF TP VERTI 2027	1,4095%	135,7615	10,2272%	115,7200
↳	BB PREV RF TP VERTI 2030	1,1151%	107,4110	7,1874%	81,3243
↳	LTN-01042027 -	1,1861%	114,2422	6,0551%	68,5126
↳	BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	1,0167%	97,9330	8,6479%	97,8501
↳	BB PREV RF PERFIL FIC FI	1,1084%	106,7643	9,4460%	106,8808
↳	CAIXA BRASIL DISPO FIC RF	1,0193%	98,1818	2,1667%	24,5163
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,1326%	109,0957	9,3795%	106,1276

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	COMPARAÇÃO COM BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE RISCO		0,0302	1402,0348%	3,2436%	42,1753%
↳	BB ACOES GOVERNANCA	-0,0102%	97,4036	9,3758%	121,9096
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-0,1281%	67,4153	-5,8960%	-76,6641
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	0,5581%	241,9323	4,6479%	60,4348
CARTEIRA CONSOLIDADA		0,7968%	579,1228%	8,4457%	122,2748%
↳	BANCO DO BRASIL	1,0963%	796,7288%	8,7760%	127,0559%
↳	CAIXA ECONÔMICA	1,1250%	817,6060%	8,6267%	124,8951%
↳	BTG - PACTUAL	0,5278%	383,5595%	5,1852%	75,07%

**considerando o valor da aplicação no período .*

A tabela 8 apresenta o desempenho das subcarteiras de investimentos do Fundo Previdenciário. Em agosto, a Subcarteira de Imunização registrou rentabilidade de 0,5086% no mês, correspondente a 82,0489% de seu benchmark mensal. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 4,1926%, equivalente a 83,7497% do benchmark, indicando desempenho inferior ao seu referencial no período.

Composta por NTN-Bs com diferentes vencimentos, a subcarteira apresentou comportamento relativamente uniforme entre os títulos. A NTN-B com vencimento em 15/05/2031, adquirida em 15/04/2026, apresentou rentabilidade mensal de 0,5154%, enquanto a NTN-B com vencimento em 15/05/2029, adquirida em 06/05/2026, registrou 0,5212%. A NTN-B com vencimento em 15/05/2029, adquirida em 23/04/2026, apresentou o maior desempenho mensal, com 0,5334%, enquanto a NTN-B com vencimento em 15/05/2033, adquirida em 12/08/2026, apresentou retorno de 0,2713%, refletindo o menor período de exposição ao ativo.

No acumulado do ano, destacaram-se a NTN-B 15/05/2031, com 4,1819%, e a NTN-B 15/05/2029 adquirida em 06/05/2026, com 3,8799%.

De modo geral, os resultados permanecem compatíveis com a natureza dos títulos públicos indexados à inflação, cuja remuneração está relacionada à variação dos índices de preços e à dinâmica das taxas reais de juros.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou desempenho positivo e superior ao benchmark no mês, com rentabilidade de 1,1247%, correspondente a 108,3322% do referencial mensal. No acumulado de 2026, a subcarteira alcançou 8,8342%, permanecendo praticamente alinhada ao benchmark, com 99,9581% do referencial anual. O resultado demonstra a contribuição dos ativos de renda fixa para o desempenho e a geração de retorno da carteira.

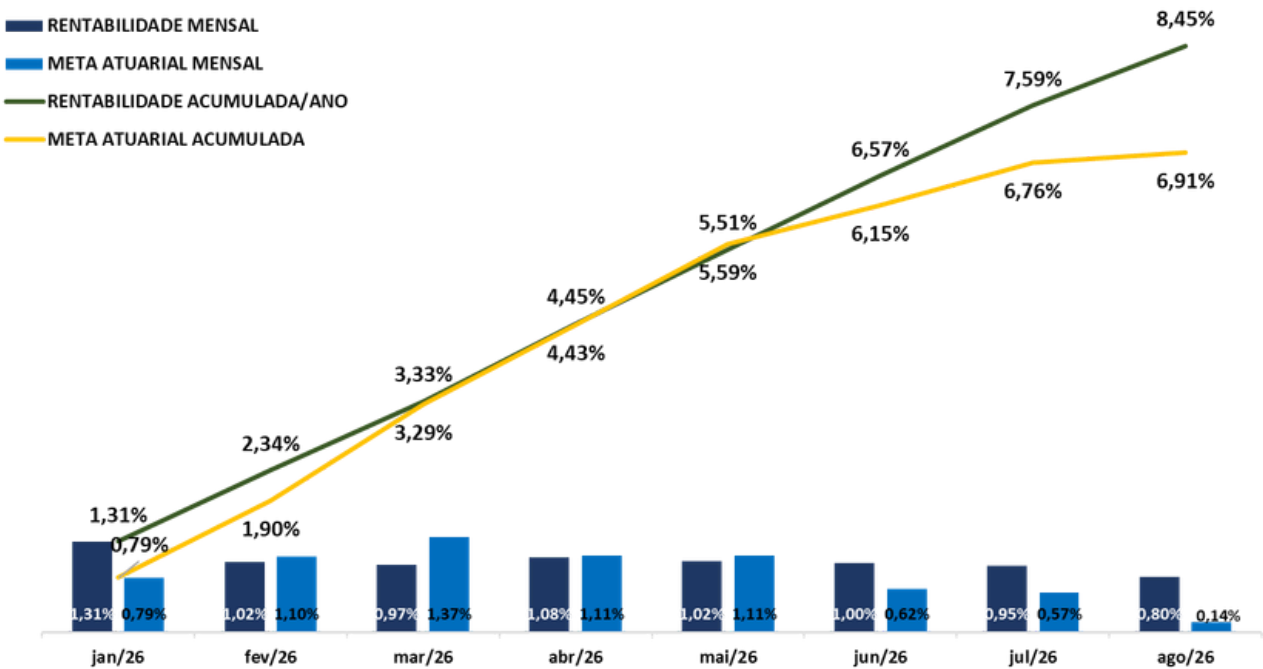
Entre os ativos da subcarteira, o CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP apresentou o maior retorno mensal, com 1,3106%, equivalente a 126,2366% do benchmark mensal. Em seguida, destacou-se o BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI, com rentabilidade de 1,2870%, correspondente a 123,9625% do benchmark. O BB PREV RF IRF-M1 TP também apresentou desempenho superior ao referencial, com retorno de 1,1483%, enquanto o CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF registrou 1,1440% no mês.

Os demais ativos também apresentaram rentabilidade superior a 1% no período. O CAIXA BRASIL TP FI RF LP apresentou rentabilidade de 1,0891%; o CAIXA ALIANÇA TP FI RF, de 1,0751%; e o BB RF REF DI TIT PUB FI LP, de 1,0975%. No acumulado do ano, destacaram-se o BB RF REF DI TIT PUB FI LP, com 9,3176%; o CAIXA ALIANÇA TP FI RF, com 9,1646%; o CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF, com 9,1436%; e o BB PREV RF IRF-M1 TP, com 9,0449%. Esses resultados demonstram a contribuição positiva dos ativos de renda fixa para a estabilidade da carteira e a manutenção de um desempenho próximo ao benchmark anual.

De forma geral, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou desempenho consistente, superando seu referencial no mês e encerrando o período praticamente alinhada ao benchmark no acumulado do ano. A composição diversificada entre títulos públicos e fundos de renda fixa contribuiu para a preservação do capital, a manutenção da liquidez dos recursos e a geração de retorno compatível com o perfil conservador da subcarteira.



GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário nos oito primeiros meses de 2026 evidencia uma trajetória positiva, com recuperação ao longo do período e superação da meta atuarial no acumulado do ano.

Em janeiro de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade de 1,31%, superior à meta atuarial de 0,79%, apresentando excedente de 0,52 ponto percentual. Em fevereiro, a rentabilidade foi de 1,02%, ficando abaixo da meta de 1,10%. Em março, o retorno alcançou 0,97%, também inferior à meta atuarial de 1,37%.

A partir de abril, observa-se uma maior aproximação e posterior superação da meta. Em abril, a carteira apresentou rentabilidade de 1,08%, próxima à meta de 1,11%. Em maio, o retorno foi de 1,02%, frente à meta de 1,11%. Em junho, o Fundo registrou rentabilidade de 1,00%, superando a meta de 0,62% em 0,38 ponto percentual. Em julho, a rentabilidade alcançou 0,95%, novamente acima da meta atuarial de 0,57%, com diferença positiva de 0,38 ponto percentual.

Em agosto de 2026, o Fundo Previdenciário apresentou rentabilidade de 0,80%, enquanto a meta atuarial do mês foi de apenas 0,14%, resultando em desempenho superior em 0,66 ponto percentual. Esse resultado contribuiu para ampliar a vantagem acumulada da carteira em relação ao objetivo atuarial.

Considerando a composição dos resultados mensais, ao final de agosto de 2026, a rentabilidade acumulada do Fundo Previdenciário alcançou aproximadamente 8,45%, enquanto a meta atuarial acumulada ficou em torno de 6,91%, representando um desempenho superior de aproximadamente 1,54 ponto percentual.

De maneira geral, embora o Fundo tenha apresentado desempenho inferior à meta em fevereiro, março, abril e maio, os resultados obtidos nos demais meses, especialmente em janeiro, junho, julho e agosto, contribuíram para a recuperação do desempenho e a manutenção da rentabilidade acumulada acima da meta atuarial.

O resultado reforça a efetividade da estratégia de investimentos adotada, baseada na diversificação da carteira, no controle dos riscos e equilíbrio entre segurança, liquidez e rentabilidade, contribuindo para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do Fundo Previdenciário no longo prazo.



ANÁLISE DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

TABELA 09 - SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	% RENDIMENTO	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	28,69%	R\$2.236.169,82	20,69%	R\$206.223.761,65
CAIXA	33,28%	R\$2.594.760,91	24,57%	R\$244.920.463,76
BTG	38,03%	R\$2.964.974,87	54,74%	R\$545.826.169,25
TOTAL	100,00%	R\$7.795.905,60	100,00%	R\$996.970.394,67

Os recursos do Fundo Previdenciário permanecem distribuídos entre três instituições financeiras, mantendo uma estratégia de diversificação da carteira. O BTG Pactual concentra a maior parcela dos recursos, representando 54,74% do patrimônio, equivalente a R\$ 545.826.169,25. A Caixa Econômica Federal detém 24,57% dos recursos, totalizando R\$ 244.920.463,76, enquanto o Banco do Brasil representa 20,69% da carteira, com R\$ 206.223.761,65. No período analisado, o Fundo registrou rendimentos totais de R\$ 7.795.905,60. O BTG Pactual foi responsável pela maior parcela dos ganhos, correspondendo a 38,03%, no valor de R\$ 2.964.974,87.

A Caixa Econômica Federal respondeu por 33,28% dos rendimentos, equivalente a R\$ 2.594.760,91, enquanto o Banco do Brasil apresentou participação de 28,69%, com rendimentos de R\$ 2.236.169,82. A distribuição dos recursos evidencia a manutenção da estratégia de diversificação entre as instituições financeiras, com predominância do BTG Pactual na composição patrimonial, sem comprometer a pulverização dos investimentos entre diferentes instituições. Essa estrutura contribui para o controle de riscos, segurança, liquidez e eficiência na gestão dos recursos previdenciários, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos do regime previdenciário.

ACOMPANHAMENTO DE DEALERS

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de instituições financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e a venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado o BTG Pactual como custodiante, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como dealers pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que abrangem instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma instituição financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas do processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa, destinada ao acompanhamento contínuo da instituição financeira, por meio da qual se busca assegurar a manutenção de sua habilitação.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1 Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2 Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3 Etapa de resultado;
- 4 Etapa de recursos;
- 5 Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6 Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 10 - ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Em andamento
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
ITAU	2	Falta de documentação por parte da IF
	6	Credenciada

A Tabela 10 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas e aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo depende do envio das informações e dos

documentos exigidos para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura um número suficiente de instituições habilitadas para a realização das operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto à eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

TABELA 11 - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS CLASSIFICADAS NOS SEGMENTOS S1 E S2

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRABESCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDOS	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

Fonte: Banco Central do Brasil – Segmentação Prudencial.
Data-base: dezembro de 2025.

As Tabelas 10 e 11 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos.

A Tabela 11 reúne as instituições classificadas pelo Banco Central nos segmentos S1 e S2, que compreendem instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Essas informações podem ser utilizadas como referência na avaliação do risco de crédito.

TABELA 12 - INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS COMO DEALERS DO DEMAB

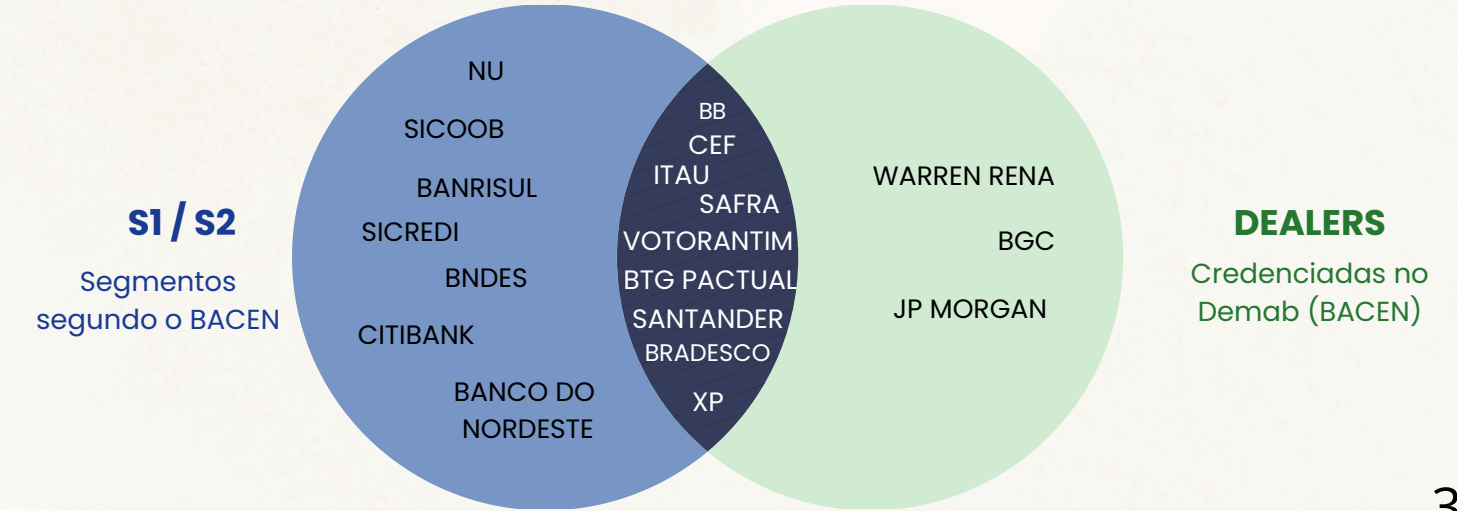
INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRABESCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

A Tabela 12 apresenta as instituições credenciadas como dealers do Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab).

O Gráfico 9 cruza as duas informações, permitindo visualizar quais instituições classificadas nos segmentos S1 e S2 também integram o grupo de dealers do Banco Central.

Fonte: Banco Central do Brasil – Demab.
Período de avaliação: 10/02/2026 a 31/07/2026.

GRÁFICO 9 - INTERSEÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2 E DEALERS DO DEMAB



Fonte: Banco Central do Brasil – Segmentação Prudencial e Demab.

ACOMPANHAMENTO DOS RISCOS

O monitoramento dos riscos da carteira é realizado a partir de indicadores que permitem avaliar a exposição aos riscos de mercado e a compatibilidade entre o comportamento dos investimentos e os objetivos específicos de cada subcarteira. Nesse contexto, a interpretação dos indicadores deve considerar a natureza econômica de cada estratégia, uma vez que a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade possui como objetivo central a estabilidade e a aderência aos seus referenciais, enquanto a Subcarteira de Risco, que objetiva assunção de riscos mediante maior rentabilidade, admite maior volatilidade em busca de retorno adicional. A subcarteira de Imunização, por seu turno, visa ser um segmento do portfólio cuja rentabilidade é necessariamente superior à meta atuarial, atuando como uma forma de hedge.

Os índices calculados para acompanhar o risco dos ativos são: margem sobre a meta atuarial (MMA), quanto maior, melhor; tracking error, quanto menor, melhor; índice de Sharpe, quanto maior, melhor; e Value at Risk (VaR), tipicamente negativo, quanto maior, melhor. A MMA é calculada para a carteira consolidada (todas as subcarteiras em conjunto) e para a Subcarteira de Imunização, o tracking error para a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, VaR e índice de Sharpe para a Subcarteira de Risco. À exceção do índice de Sharpe (dado unitariamente), todos são dados em porcentagem. O sinal do Índice de Sharpe indica a relação entre o retorno excedente e o risco assumido. Quando positivo, indica retorno excedente positivo; quando negativo, indica retorno excedente negativo. Índices de Sharpe superiores a 1 são excelentes. Para o VaR, valores abaixo de -15% no VaR mensal e -60% em 12 meses são considerados um risco elevado. Valores positivos são extraordinariamente formidáveis. Para o tracking error, valores inferiores a 1% no mês e a 4% em 12 meses são considerados parâmetros de risco tolerável.

Na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o tracking error de agosto foi de 0,0321%, enquanto nos últimos 12 meses está em 0,1111%. Ambos os indicadores encontram-se significativamente abaixo dos parâmetros considerados toleráveis, de até 1% no mês e 4% em 12 meses.

Dessa forma, os resultados de agosto indicam baixa dispersão dos retornos dos investimentos em relação aos seus respectivos benchmarks, evidenciando elevada aderência às estratégias de referência e comportamento compatível com os objetivos de estabilidade, liquidez e preservação do capital da subcarteira.

Nota-se que os ativos de menor tracking error no mês são, em geral, também aqueles que apresentaram menores valores no acumulado de 12 meses, indicando uma predisposição de determinadas estratégias a apresentarem maior ou menor divergência em relação aos seus referenciais. Entre os menos arriscados da subcarteira estão BB PREV FLUXO FIC FIF RL, CAIXA ALIANÇA TP e BTG PACTUAL SELIC S FIF RF, com tracking error de 0,0065%, 0,0030% e 0,0094% em agosto, e 0,0224%, 0,0105% e 0,0327% em 12 meses, respectivamente.

Os fundos com estratégias atreladas ao CDI, à Selic e a índices de curto prazo apresentaram os menores níveis de Tracking Error no período, evidenciando elevada aderência aos respectivos benchmarks e reduzida variabilidade dos retornos. Destacam-se o BB Prev Fluxo FIC FIF RL, com 0,0065% no mês e 0,0224% em 12 meses; o Caixa Aliança TP, com 0,0030% e 0,0105%; o BB Ref DI TP, com 0,0245% e 0,0849%; o BTG Pactual Selic S FIF RF, com 0,0094% e 0,0327%; e o BB Prev DI LP Perfil FIC, com 0,0253% e 0,0875%, demonstrando comportamento bastante alinhado aos respectivos índices de referência.

Entre os fundos indexados ao IMA-B 5, observaram-se níveis relativamente mais elevados de Tracking Error, destacando-se o Caixa Brasil IMA-B 5 TP FI LP, com 0,3553% no mês e 1,2307% em 12 meses, e o BB Prev RF IMA-B 5 LP FIC FI, com 0,3465% e 1,2002%, respectivamente. Esses resultados refletem a maior volatilidade associada à marcação a mercado dos títulos públicos indexados à inflação e à sensibilidade desses ativos às oscilações das taxas de juros reais. Apesar de superiores aos observados nas estratégias de curto prazo, os indicadores permanecem abaixo do limite de 1% mensal e de 4% em 12 meses estabelecido como parâmetro de risco tolerável.

TABELA 13 - TRACKING ERROR DA SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE

Tracking Error		AGOSTO	12 MESES
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade		0,0321%	0,1111%
↳	BB PREV FLUXO FIC FIF RL	0,0065%	0,0224%
↳	CAIXA ALIANÇA TP	0,0030%	0,0105%
↳	BB REF DI TP	0,0245%	0,0849%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	0,3553%	1,2307%
↳	BB PREV RF IMA-B 5 LP FIC FI	0,3465%	1,2002%
↳	BB PREV DI LP PERFIL FIC	0,0253%	0,0875%
↳	BTG PACTUAL SELIC S FIF RF	0,0094%	0,0327%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,0329%	0,1141%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,0297%	0,1027%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1	0,0804%	0,2784%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	0,9509%	3,2939%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	0,3150%	1,0912%
↳	LTN 01.04.2027	0,3247%	1,1248%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	0,6154%	2,1319%
↳	BB PREV RF IRF-M1+	0,0811%	0,2808%
↳	CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADE	0,0070%	0,0242%

Também foram observados níveis relevantes de Tracking Error nos fundos e títulos vinculados ao IRF-M e às estratégias de maior duration. O Caixa Brasil IRF-M 1 apresentou 0,0804% no mês e 0,2784% em 12 meses, enquanto o BB Prev RF IRF-M1 TP registrou 0,9509% e 3,2939%, respectivamente. Já o BB Prev RF TP Vértice 2027 apresentou 0,3150% no mês e 1,0912% em 12 meses, e a LTN com vencimento em 01/04/2027 registrou 0,3247% e 1,1248%, demonstrando maior dispersão dos retornos em relação aos benchmarks quando comparados às estratégias de menor duration.

Os maiores níveis de Tracking Error permaneceram concentrados nas estratégias de maior prazo e maior sensibilidade às oscilações da curva de juros. Destaca-se o BB Prev RF TP Vértice 2030, que apresentou 0,6154% no mês e 2,1319% em 12 meses, enquanto o BB Prev RF IRF-M1+ apresentou 0,0811% no mês e 0,2808% no acumulado de 12 meses. Esses resultados refletem a maior exposição desses ativos às variações das taxas de juros e aos efeitos da marcação a mercado, características inerentes às estratégias de maior duration. Ainda assim, os indicadores observados permanecem dentro dos parâmetros de tolerância estabelecidos.

De forma geral, os resultados de agosto evidenciam que a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou elevada aderência aos seus respectivos benchmarks, com níveis de Tracking Error substancialmente inferiores aos parâmetros considerados toleráveis. O indicador agregado de 0,0321% no mês, inferior ao limite de 1%, e de apenas 0,1111% em 12 meses, também muito abaixo do limite de 4%, reforça a característica de estabilidade da subcarteira.

A redução expressiva do Tracking Error agregado demonstra que, no período analisado, os investimentos apresentaram comportamento bastante próximo aos seus referenciais, com baixa dispersão dos retornos. Mesmo entre os ativos de maior sensibilidade às oscilações da curva de juros, os níveis registrados permaneceram dentro dos limites estabelecidos, não sendo identificado, em agosto, nenhum ativo com Tracking Error mensal ou acumulado em 12 meses acima dos parâmetros de risco tolerável.

Assim, sob a ótica desse indicador, a Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou, em agosto, comportamento compatível com sua finalidade de preservação do capital, liquidez e estabilidade dos investimentos, com os maiores desvios concentrados nas estratégias de maior duration e sensibilidade às condições de mercado, enquanto os fundos de curto prazo e vinculados ao CDI e à Selic permaneceram com elevada aderência aos respectivos benchmarks.

TABELA 14 - ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe		AGOSTO	12 MESES
Subcarteira - Risco		13,5237%	46,8476%
↳	CX BR ELETROBRAS	17,2090%	59,6137%
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	-5,4913%	-19,0223%
↳	CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	31,2886%	108,3868%

VaR		AGOSTO	12 MESES
Subcarteira - Risco		-5,7000%	-19,7300%
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA IS	-4,1410%	-14,3449%
↳	CX BR AÇÕES LIVRE - AÇÕES	-6,9966%	-24,2370%
↳	CX BR ELETROBRAS	-9,3710%	-32,4619%

Tabela 14 – O Índice Sharpe da Subcarteira de Risco apresentou, em agosto, resultado positivo de 13,5237%, indicando uma relação favorável entre retorno e risco assumido no período. No acumulado de 12 meses, o indicador alcançou 46,8476%, evidenciando uma relação risco-retorno positiva no horizonte analisado. Entre os ativos que compõem a subcarteira, a Caixa Brasil Ações Livre – Ações apresentou o melhor resultado mensal, com Índice Sharpe de 31,2886%, seguida pela Caixa Brasil Eletrobras, com 17,2090%. O BB Ações Governança apresentou resultado negativo de -5,4913%, indicando que o retorno obtido no mês não compensou adequadamente o risco assumido. No acumulado de 12 meses, a Caixa Brasil Ações Livre – Ações também apresentou o melhor resultado, com Índice Sharpe de 108,3868%, seguida pela Caixa Brasil Eletrobras, com 59,6137%. O BB Ações Governança, por sua vez, apresentou resultado negativo de -19,0223%, indicando que, no horizonte analisado, o retorno não compensou adequadamente o risco assumido.

Quanto ao VaR (Value at Risk), a Subcarteira de Risco apresentou resultado de -5,7000% em agosto e -19,7300% no acumulado de 12 meses, indicando exposição às oscilações do mercado e refletindo a maior volatilidade característica dos investimentos em renda variável. Na análise individual dos ativos, o BB Ações Governança IS apresentou o menor VaR negativo, com -4,1410% no mês e -14,3449% em 12 meses, seguido pela Caixa Brasil Ações Livre – Ações, com -6,9966% e -24,2370%, respectivamente. A Caixa Brasil Eletrobras apresentou o maior VaR negativo, com -9,3710% no mês e -32,4619% no acumulado de 12 meses, indicando maior exposição ao risco de perda potencial entre os ativos da subcarteira. Em relação ao VaR, os resultados indicam que, embora a subcarteira permaneça exposta à volatilidade inerente aos investimentos em renda variável, os níveis de perda potencial permaneceram dentro dos parâmetros considerados aceitáveis, não sendo identificado, em agosto, nenhum ativo com risco elevado segundo os limites estabelecidos.

TABELA 15 - MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	AGOSTO	2026
CARTEIRA CONSOLIDADA	479,0697%	22,2738%

A Tabela 15 demonstra que a Carteira Consolidada apresentou, em agosto, margem de 479,0697% em relação à meta atuarial, indicando que a rentabilidade do mês superou significativamente o retorno mínimo exigido pelo regime para o cumprimento de seus compromissos futuros. No acumulado de 2026, a margem alcançou 22,2738%, evidenciando que, no período acumulado, a carteira permanece acima do parâmetro atuarial estabelecido, contribuindo positivamente para a sustentabilidade do plano previdenciário.

TABELA 16 - RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score	
AAA	AAA	AAA	Aaa		Grau de investimento
AA	AA	AA	Aa		
A	A	A	A		
BBB	BBB	BBB	Baa		Grau especulativo
BB	BB	BB	Ba		
B	B	B	B		
CCC	CCC	CCC	Caa		
CC	CC	CC	Ca		
C	C	C			
RD	RD	D	C		
D	D				

TABELA 17 - PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira. As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default. Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos

com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas. Ambos os fundos possuem exposição a risco de crédito em aproximadamente 35% dos papéis, sendo que a maior proporção corresponde aos títulos classificados como AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e, por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Isso demonstra que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

SUSTENTABILIDADE - ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG/ESG) integra o processo de gestão de riscos da carteira de investimentos, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.272/2025, que estabelece a consideração dos fatores de sustentabilidade pelos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), sempre que estes forem materiais e relevantes para a análise dos investimentos. No contexto de agosto de 2026, observa-se a continuidade do processo de aprimoramento da transparência e da padronização das informações relacionadas à sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro. A evolução das normas de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, alinhadas aos padrões internacionais do International Sustainability Standards Board (ISSB) e aos pronunciamentos do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), tem contribuído para ampliar a disponibilidade e a comparabilidade dos dados utilizados pelos investidores. Esse ambiente regulatório favorece uma avaliação mais estruturada dos riscos e das oportunidades associados aos fatores ambientais, sociais, climáticos e de governança, permitindo maior integração dessas informações ao processo de análise dos ativos e à gestão dos riscos da carteira. Para investidores institucionais de longo prazo, como os RPPS, essa evolução representa um importante instrumento de apoio à avaliação da sustentabilidade

dos investimentos e de seus possíveis impactos sobre o desempenho e o risco dos ativos.

Nesse contexto, a Goiás Previdência (GOIASPREV) mantém o acompanhamento contínuo das práticas de mercado, das orientações dos órgãos reguladores e das informações divulgadas pelos emissores e gestores dos investimentos. A incorporação dos aspectos ASG ocorre de forma gradual e criteriosa, considerando a relevância desses fatores para cada ativo e segmento da carteira, em conjunto com as análises econômico-financeiras, de liquidez, risco e retorno.

A adoção dessa abordagem contribui para o aprimoramento da gestão de riscos, o fortalecimento da governança dos investimentos e a tomada de decisões mais alinhadas às características e aos objetivos de longo prazo do regime previdenciário. Ressalta-se, contudo, que a análise dos fatores ASG possui caráter complementar às demais avaliações realizadas pela gestão, não constituindo critério isolado para a tomada de decisão, mas um elemento adicional para a identificação, avaliação e monitoramento de riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade dos investimentos e à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS.



CONTROLE DE ATIVIDADES

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 3 (pag. 15) Tabela 4 (pag. 16)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe	Tabela 14 (pag. 33) Tabela 15 (pag. 33)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 17 (pag. 34)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 16 (pag. 34)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 7 (pag. 22)	
Rentabilidades	Tabela 8 (pag. 24)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 11 (pag. 30)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabela 10 e 11 (pag. 29 e 30)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 35	

Goiás Previdência

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Gilvan Cândido da Silva

Presidente

Marcos Medeiros da Silva

Diretor de Gestão Integrada

Adriana Jesus Silva Batista

Gerente de Contabilidade

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimentos

Ricardo Mendes

Gestor de Finanças e Controle - CGE



**Conheça a Política
de Investimentos**

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Liah de Deus Coutinho

Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimentos

Sirlene Najar de Avila Teles

Assessora de Investimentos

Paulo José Paiva Guimarães

Analista de Investimentos

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Assistente de Investimentos

Ana Paula dos Santos Torres

Analista de Investimentos



ESTADO DE GOIÁS
GOIÁS PREVIDÊNCIA - GOIASPREV
COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer acerca do Relatório de Investimentos de Agosto 2026

PARECER Nº 17/2026/GOIASPREV/CI-19523

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Agosto/2026)

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de Agosto de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O cenário econômico em Agosto de 2026 foi marcado pela continuidade da desaceleração das expectativas inflacionárias e pela manutenção do processo de flexibilização da política monetária. Nesse contexto, o Boletim Focus encerrou o mês projetando a taxa Selic em 13,75% a.a. para o final de 2026, enquanto a expectativa para o IPCA permaneceu próxima de 5,00%. O Copom, em sua reunião de Agosto, reduziu a taxa Selic para 14,00% a.a., mantendo uma postura cautelosa diante das incertezas fiscais, das expectativas de inflação ainda acima da meta e do cenário internacional.

O IPCA acumulado em 12 meses até Agosto recuou para 4,22%, ante 4,44% em Julho, permanecendo abaixo do limite superior da meta de inflação, de 4,50%. No mês de Agosto, o índice registrou deflação de -0,32%, resultado superior às expectativas do mercado (-0,23% Focus Bacen). A queda foi influenciada principalmente pela redução das tarifas de energia elétrica, decorrente do Bônus de Itaipu, além da retração nos preços de alimentos e transportes. Esse comportamento contribuiu para a melhora dos indicadores correntes de inflação, embora parte relevante do resultado tenha sido influenciada por fatores pontuais.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou comportamento condicionado pela combinação entre a melhora dos indicadores de inflação e a persistência dos riscos fiscais e externos. Na ponta curta, a trajetória das taxas

refletiu a expectativa de continuidade do processo de flexibilização monetária, acompanhando a redução da Selic e a perspectiva de novos cortes. Em contrapartida, os vértices de médio e longo prazo permaneceram mais sensíveis às incertezas relacionadas à política fiscal, às expectativas de inflação e ao ambiente internacional, mantendo a volatilidade nos prazos mais longos. Dessa forma, o cenário de Agosto apresentou evolução favorável dos indicadores de inflação e reforçou a perspectiva de continuidade da flexibilização monetária. Entretanto, a permanência das expectativas inflacionárias acima da meta e das incertezas fiscais e externas manteve elevada a percepção de risco nos prazos mais longos, limitando um movimento mais consistente de fechamento da curva de juros nessa região.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 1.007.647.397,53 em Agosto de 2026, o que representa crescimento de 26,6289% em relação ao fechamento de Janeiro de 2026 (R\$ 795.748.199,28). O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

No mês de Agosto de 2026, o Fundo Previdenciário registrou rentabilidade de 0,7968%, superando a meta atuarial mensal de 0,1376%, o que corresponde a aproximadamente 579,0698% da meta estabelecida. No acumulado do ano, a rentabilidade alcançou 8,4457%, acima da meta atuarial de 6,9072%, correspondendo a aproximadamente 122,2739% da meta prevista para o período. Esses resultados evidenciam a efetividade da estratégia de investimentos adotada, com destaque para a contribuição das posições em títulos públicos federais indexados à inflação, que exerceram papel relevante no desempenho da carteira.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;
2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a Agosto de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

Goiânia, 18 de setembro de 2026.

Marcos Medeiros da Silva
Presidente por Delegação

Antonio Francisco Craveiro Portela
Membro do Comitê

Adriana Jesus Silva Batista
Membro do Comitê



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MEDEIROS DA SILVA, Gerente**, em 25/09/2026, às 15:19, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA, Gerente**, em 25/09/2026, às 15:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Gerente**, em 28/09/2026, às 11:24, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **96280458** e o código CRC **CD376939**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 96280458